



# Câmara Municipal de Missal

Estado do Paraná

## **17ª SESSÃO ORDINÁRIA** **REALIZADA EM 02.06.2025**

### **ATA Nº 24/2025**

Aos dois dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas, no Plenário Edmundo Schwendler da Câmara Municipal de Missal, realizou-se a **17ª Sessão Ordinária** do Primeiro Período Legislativo da Primeira Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura da Câmara Municipal de Missal, sob a presidência do vereador **Elias Xavier de Andrade** e com a secretaria do vereador **Maico Luzzi**. O presidente, após cumprimentar os vereadores, as pessoas presentes e aquelas que acompanhavam a sessão pelas redes sociais, declarou aberta a sessão e passou ao **PEQUENO EXPEDIENTE**, ocasião em que a vereadora Maria Ivonete Machado realizou a leitura de um texto bíblico. Na sequência, procedeu-se à assinatura do termo de presença, registrando-se a participação dos vereadores Custódio Luiz Reis Lima, Elias Xavier de Andrade, Fernando Hartmann, Jair Francisco Rauber, Jair Loreno Bogler, Maico Luzzi, Maria Ivonete Machado e Tarcisio Mascarello. A ausência do vereador Valentin Kniphoff foi justificada mediante apresentação de atestado médico. Confirmado o quórum, o presidente submeteu à discussão e aprovação a ata da sessão anterior, 16ª Sessão Ordinária, a qual foi aprovada sem manifestações contrárias. Na continuidade dos trabalhos, foram lidas as seguintes correspondências: **Ofício nº 635/2025** – Deputado Hussein Bakri; **Convite** – Festa Junina Novo Milênio; **Ofício nº 013/2025** – Departamento de Cultura; **Ofício nº 001/2025** – Secretaria de Meio Ambiente; **Ofício nº 57588962/2025** – Superintendência Estadual dos Correios do Paraná; e **Mensagem nº 27/2025** – Prefeitura Municipal de Missal. No **GRANDE EXPEDIENTE**, ocorreu a segunda discussão e votação do **Projeto de Lei nº 15/2025/E** – Autoriza o Poder Executivo Municipal a efetuar a aquisição de bem imóvel e dá outras providências. O secretário leu a justificativa, os pareceres das comissões e o parecer jurídico, sendo todos favoráveis. Não houve manifestações ao projeto, que, em votação, foi aprovado por unanimidade. Na sequência, passou-se à segunda discussão e votação do **Projeto de Lei nº 19/2025/E** – Amplia vagas para contratação temporária e dá outras providências. O secretário realizou a leitura da justificativa, dos pareceres das comissões e do parecer jurídico, sendo todos favoráveis. Na discussão, não houve manifestações, e, em votação, o projeto foi aprovado por unanimidade. Dando continuidade à sessão, o presidente passou à primeira discussão e votação do **Projeto de Lei nº 18/2025/E** – Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder gratificação e dá outras providências. O secretário leu a justificativa, e o presidente informou sobre a existência de emenda ao projeto, passando à única discussão e votação da **Emenda Supressiva ao PL nº 18/2025/E**. O secretário leu a emenda, que, em votação, foi aprovada por

unanimidade. Após a aprovação da emenda, o secretário leu os pareceres das comissões e o parecer jurídico ao PL nº 18/2025/E, sendo todos favoráveis. Em discussão, o vereador Jair Bogler se manifestou e teceu comentários ao projeto. Em votação, o projeto foi aprovado por unanimidade. Em seguida, passou-se à primeira discussão e votação do **Projeto de Lei nº 20/2025/E** – Autoriza o Poder Executivo Municipal a ampliar o número de vagas no quadro geral de servidores e dá outras providências. O secretário leu a justificativa, os pareceres das comissões e o parecer jurídico, sendo todos favoráveis. Na discussão, o vereador Jair Bogler se manifestou e teceu comentários. Em votação, o projeto foi aprovado por unanimidade. Dando continuidade à sessão, o presidente passou à leitura dos **REQUERIMENTOS**, e o secretário leu o **Requerimento nº 09/2025 — Os vereadores Elias Andrade, Custódio Luiz, Jair Bogler, Jair Rauber, Maico Luzzi e Tarcisio Mascarello — Requerem** que seja encaminhado um ofício ao Supremo Tribunal Federal (STF), manifestando o apoio desta Casa Legislativa à educação especial e sua contrariedade à ADI 7796 (Ação Direta de Inconstitucionalidade) que tramita naquela Corte. Após a leitura do requerimento, manifestaram-se, durante a discussão, os vereadores Fernando Hartmann, Jair Bogler e Jair Rauber. Em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Na sequência, passou-se à leitura das **INDICAÇÕES**. O secretário leu a **Indicação nº 85/2025 — Jair Bogler, Custódio Luiz, Elias Andrade, Jair Rauber, Maico Luzzi e Tarcisio Mascarello** — Indicam que a administração realize reparos no campo do Bairro Renascer, incluindo alambrados, arquibancadas, traves e pintura, visando melhorar a estrutura e garantir mais segurança. Os vereadores Jair Bogler e Maico Luzzi comentaram a indicação. Em seguida, o secretário leu a **Indicação nº 86/2025 — Fernando Hartmann, Valentin Kniphoff e Maria Ivonete** — Indicam que a administração municipal estude a possibilidade de alteração no sistema de estacionamento da Rua Marechal Castelo Branco. O vereador Fernando Hartmann se manifestou e justificou a indicação. Encerradas as matérias em deliberação, passou-se à **ENTREGA DE PROJETOS**, sendo encaminhado às comissões o **Projeto de Lei nº 21/2025/E** – Autoriza o Executivo Municipal a efetuar a abertura de crédito adicional suplementar para o exercício de 2025 e dá outras providências. Concluídas as matérias do Grande Expediente, o presidente passou às **CONSIDERAÇÕES FINAIS** e convidou o Prefeito Municipal, Sr. **Adilto Luis Ferrari**, para se manifestar na tribuna. O Prefeito manifestou satisfação em participar da sessão, destacando a importância do requerimento aprovado pelos vereadores em defesa da inclusão das pessoas com deficiência, mencionando a atuação da APAE de Missal e classificou como covarde a tentativa de desqualificar a política estadual de atendimento às pessoas com deficiência. Citou o exemplo do município de Barracão, onde alunos de Santa Catarina são atendidos por instituições paranaenses, como demonstração de inclusão efetiva. Questionou se a proposta de integração desses alunos à rede regular de ensino, em casos de alta complexidade, configura inclusão ou exclusão, uma vez que muitos necessitam de cuidados intensivos, como alimentação assistida e higiene pessoal. Informou que levou a questão aos deputados estaduais, mas que, até o momento, não houve manifestações públicas favoráveis. Ressaltou a contribuição do Município à APAE, com servidores e veículos cedidos, e destacou que a prioridade deve ser o atendimento humano. Relatou que o tema foi debatido na AMOP, com posicionamento contrário de todos os 58 municípios associados. Em seguida, abordou a situação do Hospital Municipal de Foz do Iguaçu, pertencente à 9ª Regional de Saúde, mencionando a superlotação e a falta de leitos de UTI, com 59 pacientes além da capacidade e seis em espera por vaga. Atribuiu parte do problema à imprudência no trânsito, inclusive envolvendo motoristas alcoolizados, e apelou à responsabilidade da população. Destacou a abertura de edital

para contratação de pediatras no município, informando que dois profissionais já estavam em atividade, bem como a contratação de clínicos gerais para o Bairro Renascer e para o Portão do Ocoí. Ressaltou a atuação da Secretaria Municipal de Saúde e os serviços ofertados, reconhecendo as limitações diante da crescente demanda por especialidades. Mencionou sua presidência no CISE e afirmou que a realidade de Missal é mais favorável que a de muitos outros municípios. Agradeceu a aprovação do projeto referente à indenização por desapropriação de terreno para abertura de via pública no Bairro Renascer, detalhando o processo de avaliação técnica realizado por imobiliárias credenciadas. Anunciou que será encaminhado novo projeto de desapropriação no loteamento São Francisco, visando à construção de unidade de saúde com apoio do deputado Matheus Vermelho. Comentou o projeto aprovado, relacionado ao médico-veterinário, ressaltando a importância da medida para a manutenção de convênios com o MAPA, assim como a criação do cargo de farmacêutico para o funcionamento da unidade móvel de distribuição de medicamentos, sendo o primeiro município na região da AMOP a ter esse tipo de serviço. Por fim, agradeceu a aprovação da dotação orçamentária, em regime de urgência, no valor de R\$ 1.102.000,00, sendo R\$ 400.000,00 oriundos de emenda parlamentar e o restante como contrapartida municipal. Informou que a aquisição de equipamentos, como motoniveladora, será realizada via consórcio Cincatarina. Comentou, ainda, a indicação sobre estacionamento, informando que o tema será debatido em audiência pública e analisado pela engenharia de tráfego. Encerrou agradecendo aos vereadores pelo apoio às ações do Executivo. Em seguida, o vereador **Marco Luzi** fez uso da palavra e informou que utilizava a tribuna unicamente para realizar agradecimentos, especialmente às pessoas e autoridades que têm colaborado com o Município de Missal, em especial na área da saúde, considerada prioritária. Relatou que, juntamente com os vereadores Elias Xavier, Jair Bogler, Jair Rauber, Custódio, Tati e demais membros do grupo político, participou da elaboração do plano de governo do Prefeito Adilto Luis Ferrari e do Vice Chenho, ocasião em que foram ouvidas diversas demandas da população. Dentre elas, destacou-se a necessidade de descentralizar o atendimento de saúde com a implantação de uma nova Unidade Básica de Saúde (UBS) na região dos bairros Loteamento Esperança, Kotz e São Francisco, de modo a desafogar a estrutura central. Acrescentou que tal conquista não se devia a um esforço individual, mas ao trabalho conjunto dos vereadores, do Executivo Municipal e, em especial, do deputado estadual Matheus Vermelho, que viabilizou, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, o repasse de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para a concretização da obra, prevista ainda para o exercício em curso. Referiu-se também à reforma do campo de futebol do Bairro Renascer, fruto de indicação de vereadores. Informou que a referida estrutura poderá ser utilizada pela ONG "Talentos de Jesus", que, caso obtenha os recursos necessários junto ao deputado parceiro, pretende implantar um projeto no município com atendimento a cerca de 100 a 140 crianças, oferecendo, entre outros benefícios, uniforme completo, acompanhamento psicológico e odontológico, além de treinamentos esportivos. Ressaltou que, sendo o campo de propriedade municipal, as melhorias se fazem necessárias para viabilizar a iniciativa. Por fim, manifestou-se a respeito da situação das APAEs, expressando indignação com decisões do STF que, segundo suas palavras, demonstrariam falta de empatia com as pessoas com deficiência. Destacou a relevância dos convênios firmados entre municípios, governo estadual e APAEs, os quais asseguram atendimento de qualidade às crianças e jovens com necessidades especiais. Criticou a falta de sensibilidade das autoridades superiores e reforçou que muitas famílias não têm condições de custear educação especial de forma particular. Ressaltou o impacto da ausência da rotina escolar na saúde emocional dessas

crianças, sobretudo durante os períodos de recesso. Encerrando sua fala, desejou uma boa semana a todos, invocando as bênçãos de Deus sobre o trabalho de todos em prol da população de Missal. Por fim, fez uso da tribuna o vereador **Elias Xavier de Andrade**, que registrou manifestação favorável à aprovação de requerimento em defesa da manutenção das escolas especiais, em especial da Escola Maria Gorete, localizada no Município de Missal. Destacou que a instituição desempenha papel fundamental na comunidade e que sua atuação é respaldada por lei. Reforçou que tais leis garantem igualdade no acesso à educação e que a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 7796), em trâmite no Supremo Tribunal Federal, ameaça a continuidade dessas políticas públicas. Justificou a iniciativa de apresentar o requerimento ao STF, com apoio unânime dos demais vereadores, como forma de sensibilizar os ministros quanto à importância da manutenção da legislação vigente e das instituições especializadas. Destacou a mobilização de lideranças paranaenses em Brasília, inclusive do presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, deputado Alexandre Curi, em defesa da causa. Ressaltou a relevância da Lei nº 17.654/2013, que institui o Programa Estadual de Apoio Permanente às Entidades Mantenedoras das Escolas Especiais, considerada essencial para a inclusão educacional de crianças e adolescentes com necessidades especiais. Citou a existência de representação da Escola Maria Gorete na Câmara Mirim, o que evidencia a importância da inclusão em todos os espaços. Agradeceu aos vereadores pela aprovação do requerimento e reiterou a necessidade de um olhar mais humano por parte do STF, solicitando que não seja declarada a inconstitucionalidade da referida lei. Na sequência, o vereador Jair Bogler pediu um aparte para reforçar a importância da pauta, criticando a perda de sensibilidade humana por parte do Poder Judiciário e fazendo alertas à comunidade sobre cuidados com a saúde, acidentes de trânsito e o uso de meios de transporte como patinetes e bicicletas. O vereador Elias também parabenizou a administração municipal pelo trabalho desenvolvido, destacando o anúncio da nova Unidade Básica de Saúde na região do Loteamento Esperança, resultado de emenda do deputado federal Matheus Vermelho. O vereador Maico Luzzi também pediu um aparte e enalteceu o trabalho da Secretaria de Planejamento, da secretária Mari. O vereador Jair Rauber, por sua vez, citou o trabalho realizado na articulação de recursos para aquisição de equipamentos, como uma niveladora, por meio de emenda no valor de R\$ 400.000,00, obtida com apoio dos vereadores Tati e Maico. Ao reassumir a presidência da sessão, o vereador Elias Andrade agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão.